

DOC. 04

**JULGADOS DO STF, MULTANDO A
UNIAO POR PROTELAR O
PROCESSO E DECLARANDO O
CARATER INFRACONSTITUCIONAL
DA DISCUSSÃO DE HONORÁRIOS
EM MATÉRIA DE FUNDEF.**

ARE nº 1.052.305/PE

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO
EGITO/PE**

ACÓRDÃO

(REL. MIN. LUIZ FUX)

20/10/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.052.305
PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE SAO JOSE DO EGITO
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

EMENTA: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REITERADA REJEIÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELA PARTE NAS SEDES RECURSAIS ANTERIORES. MANIFESTO INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA DO ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC/2015. MANTIDA A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

A C Ó R D ã O

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento virtual de 13 a 19/10/2017, por unanimidade, negou provimento agravo, com aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, e com manutenção da majoração dos honorários de sucumbência, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 20 de outubro de 2017.

Ministro LUIZ FUX - RELATOR

Documento assinado digitalmente

20/10/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.052.305
PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO EGITO
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo interno interposto pela UNIÃO, contra decisão que prolatei, assim ementada:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. ASSOCIAÇÃO E ASSOCIADOS. MOMENTO PROCESSUAL ADEQUADO PARA IMPUGNAÇÃO. NECESSIDADE DE FASE DE LIQUIDAÇÃO. ANÁLISE DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AGRAVO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ARTIGO 85, § 11, DO CPC/2015. AGRAVO DESPROVIDO.”

Inconformada com a decisão *supra*, a parte agravante interpõe o presente recurso, alegando, em síntese, que:

“Resta inequívoca, portanto, a violação direta ao texto constitucional oriunda do acórdão objeto do recurso extraordinário, e

ARE 1052305 AGR / PE

não meramente indireta ou reflexa, eis que o comando do art. 60 do ADCT não necessita de complementação em legislação infraconstitucional, vedando peremptoriamente a utilização de recursos do FUNDEF/FUNDEB em finalidade diversa da ali contida.”(doc. 10)

É o relatório.

20/10/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.052.305
PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que a agravante não trouxe argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada.

Com efeito, consoante afirmado na decisão agravada, o entendimento predominante na Corte é de que a discussão envolvendo a possibilidade de retenção dos honorários contratuais depende da análise de normas infraconstitucionais (Lei 9.424/1996, Lei 8.906/1994 e CPC), o que se constata pelas decisões de ambas as Turmas que analisaram o caso específico dos autos: RE 1.031.708-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, DJe de 1º/9/2017, ARE 1.012.683-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, 1ª Turma, DJe de 21/8/2017, ARE 1.015.813-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJe de 14/8/2017, RE 916.445-AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, DJe de 11/3/2016.

Por fim, observo que o presente agravo foi interposto sob a égide da nova lei processual. Entretanto, por se tratar de mandado de segurança, não há falar em majoração de honorários advocatícios (Súmula 512 do STF).

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo interno, mercê do intuito protelatório, aplico à agravante multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015) e mantenho a

ARE 1052305 AGR / PE

CONDENAÇÃO da parte sucumbente nesta instância recursal ao pagamento de honorários advocatícios majorados ao máximo legal (artigo 85, § 11, do CPC/2015).

É como voto.

ARE nº 982.539/PB

MUNICÍPIO DE PRATA/PB

ACÓRDÃO

**(REL. MIN. ALEXANDRE DE
MORAES)**

09/03/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 982.539
PARAÍBA

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE PRATA
AGDO.(A/S)	: CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO
ADV.(A/S)	: CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO

Ementa: AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. FUNDAMENTAÇÃO A RESPEITO DA REPERCUSSÃO GERAL. INSUFICIÊNCIA. OFENSA CONSTITUCIONAL MERAMENTE REFLEXA.

1. Os Recursos Extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

2. A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de

ARE 982539 AGR / PB

igual patamar argumentativo.

3. Tendo o acórdão recorrido solucionado as questões a si postas com base em preceitos de ordem infraconstitucional, não há espaço para a admissão do recurso extraordinário, que supõe matéria constitucional prequestionada explicitamente.

4. Agravo Interno a que se nega provimento. Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC/2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro ALEXANDRE DE MORAES, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, por unanimidade, acordam em negar provimento ao agravo interno e não aplicar o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 9 de março de 2018.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

09/03/2018

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 982.539
PARAÍBA**

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE PRATA
AGDO.(A/S)	: CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO
ADV.(A/S)	: CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

Trata-se de Agravo Interno contra decisão que negou seguimento ao Agravo em Recurso Extraordinário sob os argumentos de que: (a) deficiente a demonstração da repercussão geral da matéria constitucional; e (b) a alegada ofensa à Constituição Federal é apenas indireta, uma vez que o acórdão decidiu a lide com base na legislação infraconstitucional.

Sustenta a parte agravante, em suma, que (a) a repercussão geral foi adequadamente fundamentada; (b) houve violação ao art. 60 do ADCT da Constituição Federal.

É o relatório.

09/03/2018

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 982.539
PARAÍBA**

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

Eis a decisão ora agravada:

“DECISÃO: Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em face de acórdão proferido pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (e-STJ, fl. 288, Vol. 2):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPLEMENTAÇÃO DAS VERBAS DO FUNDEF. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. RETENÇÃO ANTES DA EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO. POSSIBILIDADE.

1. Agravo de Instrumento manejado em face da decisão que indeferiu o pedido de retenção/liberação dos honorários advocatícios contratuais, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o total da condenação.

2. Esta Corte Regional vem reconhecendo ser direito do advogado a retenção do percentual de honorários contratuais, se requerida, mediante a juntada do contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94.

3. Entendimento prestigiado, inclusive, quando a verba executada se destina ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, como no caso presente. Precedente.

4. A liberação da referida verba honorária que se deve aguardar o trânsito em julgado da decisão proferida nos embargos à execução, interpostos pela União/Agravada, os quais foram julgados procedentes, em

ARE 982539 AGR / PB

30/04/2014. Agravo de Instrumento provido, em parte.

Opostos embargos de declaração, o Tribunal de origem negou-lhes provimento (e-STJ, fl. 316, Vol. 2).

No apelo extremo, interposto com amparo no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, a parte recorrente sustenta que o julgado recorrido, ao deferir o pedido de reserva dos honorários contratuais, contrariou o art. 60 do ADCT da CF/1988.

É o relatório. Decido.

Os recursos extraordinários somente serão conhecidos e julgados, quando essenciais e relevantes as questões constitucionais a serem analisadas, sendo imprescindível ao recorrente, em sua petição de interposição de recurso, a apresentação formal e motivada da repercussão geral, que demonstre, perante o Supremo Tribunal Federal, a existência de acentuado interesse geral na solução das questões constitucionais discutidas no processo, que transcenda a defesa puramente de interesses subjetivos e particulares.

A obrigação do recorrente em apresentar formal e motivadamente a preliminar de repercussão geral, que demonstre sob o ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, a relevância da questão constitucional debatida que ultrapasse os interesses subjetivos da causa, conforme exigência constitucional e legal (art. 102, § 3º, da CF/88, c/c art. 1.035, § 2º, do CPC/2015), não se confunde com meras invocações desacompanhadas de sólidos fundamentos no sentido de que o tema controvertido é portador de ampla repercussão e de suma importância para o cenário econômico, político, social ou jurídico, ou que não interessa única e simplesmente às partes envolvidas na lide, muito menos ainda divagações de que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é incontroversa no tocante à causa debatida, entre outras de igual patamar argumentativo (ARE 691.595-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 25/2/2013; ARE

ARE 982539 AGR / PB

696.347-AgR-segundo, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 14/2/2013; ARE 696.263-AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 19/2/2013; AI 717.821-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 13/8/2012).

Não havendo demonstração fundamentada da presença de repercussão geral, incabível o seguimento do recurso extraordinário.

Ademais, o Tribunal *a quo*, ao dar parcial provimento ao agravo de instrumento, reconhecendo ao advogado o direito de retenção do percentual de honorários contratuais, requerido mediante a juntada do contrato em momento anterior à expedição do requisitório, dirimiu a controvérsia com base na interpretação da legislação infraconstitucional pertinente (Lei 8.906/1994).

Destarte, o acolhimento do recurso demanda a análise de matéria infraconstitucional, de forma que as ofensas à Constituição, caso existentes, são meramente indiretas (ou mediatas), o que inviabiliza o conhecimento do referido recurso. Nesse sentido, confirmam-se precedentes de ambas as Turmas desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL.
COMPETÊNCIA PARA LIMITAÇÃO DO VALOR DA
RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO
INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA
CONSTITUCIONAL INDIRETA. PRECEDENTES.
AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA
PROVIMENTO.

(RE 601.616 AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe de 18/03/2011)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE
CONTAS. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL.

ARE 982539 AGR / PB

RETENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI 8.906/94. ESTATUTO DA ADVOCACIA. AMPLA DEFESA. ATO JURÍDICO PERFEITO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. 1. Recurso extraordinário no qual se pretende a análise de legislação infraconstitucional. Hipótese de ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal. 2. Agravo regimental improvido. (AI 657.929 AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJe de 25/9/2009)

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO.

Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o julgado recorrido foi publicado antes da vigência da nova codificação processual.”

Não há reparo a fazer no entendimento aplicado, pois o agravo interno não apresentou qualquer argumento apto a desconstituir os óbices apontados.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo interno. Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC/2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem.

É o voto.

ARE nº 1.012.683/PE

**MUNICÍPIO DE
CARNAUBEIRA DA PENHA/PE**

ACÓRDÃO

(REL. MIN. ROSA WEBER)

08/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.012.683
PERNAMBUCO

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA/PE
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FUNDEF. CÁLCULO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO (VMNA). COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS. EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015.

1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreensão diversa demandaria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte.

2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada.

3. Majoração em 10% (dez por cento) dos honorários advocatícios anteriormente fixados, obedecidos os limites previstos no art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC/2015, ressalvada eventual concessão do benefício da gratuidade da Justiça.

4. Agravo interno conhecido e não provido.

ARE 1012683 AGR / PE

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em conhecer do agravo regimental e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora e por unanimidade de votos, em sessão virtual da Primeira Turma de 30 de junho a 07 de agosto de 2017, na conformidade da ata do julgamento. Majorados os honorários advocatícios anteriormente fixados, obedecidos os limites previstos no art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC/2015, ressalvada eventual concessão do benefício da gratuidade da Justiça.

Brasília, 08 de agosto de 2017.

Ministra Rosa Weber
Relatora

08/08/2017

PRIMEIRA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.012.683
PERNAMBUCO**

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA/PE
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Contra a decisão por mim proferida, pela qual negado seguimento ao recurso, maneja agravo interno a União.

A matéria debatida, em síntese, diz com a possibilidade de retenção dos valores a serem percebidos pelo Município a título de honorários contratuais sobre crédito relativo a diferenças do Fundef.

A agravante ataca a decisão impugnada ao argumento de que a violação dos preceitos da Constituição Federal se dá de forma direta. Reitera a afronta ao art. 60 do ADCT.

Intimado o agravado, apresentou contraminuta.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região julgou a controvérsia em decisão cuja ementa reproduzo:

“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. DIFERENÇAS A TÍTULO DE VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO - VMAA. COMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS. FUNDEF. FUNDEB. LEI 9.424/96. JUROS E CORREÇÃO. RESPEITO À COISA JULGADA. HONORÁRIOS.

1. Caso em que a União fora condenada a repassar verbas, relativas às diferenças de FUNDEF, no montante correspondente ao quinquênio anterior à propositura da ação, de acordo com o Valor Mínimo Anual por Aluno - VMAA, nos

ARE 1012683 AGR / PE

termos do art. 6º da Lei n. 9.424/1996.

2. A União invoca a existência de tramitação de ações civis no STF, nas quais se discute o VMAA, no âmbito do FUNDEF. A circunstância, porém, não repercute para o deslinde da presente ação, à míngua de qualquer ordem vinculativa da Corte Superior para ações que tratem da mesma matéria, tal qual a presente.

3. Sem razão também a apelante quando suscita a ilegitimidade da exequente, porque não teria sido o Município o autor do processo na fase de cognição, mas sim a AMUPE (Associação Municipalista de Pernambuco). Ora, tal questão somente poderia ser levantada na fase de conhecimento do processo, como de fato o foi. Destarte, resolvida a questão no momento oportuno, não cabe nova arguição da matéria no processo de execução;

4. O caso em exame trata de mera execução individualizada de uma sentença coletiva, ou seja, a pretensão fora deduzida pela Associação Municipalista de Pernambuco - AMUPE, entretanto, somente os municípios individualmente considerados é que podem dar cumprimento ao julgado, executando o comando da sentença que adotou, para o cálculo do VMAA, a sistemática prevista na Lei nº 9.424/96.

5. A matéria relativa à criação do FUNDEB e à extinção de qualquer direito relativo ao FUNDEF, deveria ter sido arguida, e não foi, no processo de conhecimento, estando, portanto, preclusa.

6. Não se revela necessária a existência de uma fase de liquidação para a apuração da dívida. É que, a natureza da ação ajuizada permite a liquidação por simples cálculos aritméticos, dado que a sentença, devidamente confirmada em grau de recurso, já estabeleceu qual o lapso temporal que abrange o crédito da municipalidade.

7. Relativamente à possibilidade de retenção dos valores a serem percebidos pelo município, a título de honorários contratuais, esta Corte Regional vem reconhecendo ser direito do advogado tal retenção, se requerida, mediante a juntada do

ARE 1012683 AGR / PE

contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, parágrafo 4º, da Lei 8.906/94, o que efetivamente ocorreu na hipótese em testilha.

8. Estando a execução vinculada ao que fora decidido no título executivo (que determinou a utilização da taxa SELIC para atualização das parcelas pretéritas), não há como prosperar, sob pena de ofensa à coisa julgada, a pretensão da apelante de que seja aplicado o disposto no 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com a redação da Lei nº 11.960/2009;

9. Apelação improvida.”

Recurso extraordinário interposto sob a égide do CPC/1973.

Agravo manejado sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

É o relatório.

08/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.012.683
PERNAMBUCO

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Preenchidos os pressupostos genéricos, **conheço** do agravo interno e passo ao exame do mérito.

Nada colhe o agravo.

Transcrevo o teor da decisão que desafiou o agravo:

“Vistos etc.

Contra o juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário, exarado pela Presidência do Tribunal *a quo*, foi manejado agravo. Na minuta, sustenta-se que o recurso extraordinário reúne todos os requisitos para sua admissão. Aparelhado o recurso na alegação de afronta ao art. 60 do ADCT.

É o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos.

Da detida análise dos fundamentos da decisão denegatória de seguimento do recurso extraordinário, bem como à luz das razões de decidir adotadas pelo Tribunal de origem, por ocasião do julgamento do recurso veiculado na instância ordinária, concluo que nada colhe o agravo.

A Corte de origem decidiu a controvérsia em acórdão cuja ementa transcrevo:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. DIFERENÇAS A TÍTULO DE VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO – VMAA. COMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS. FUNDEF. FUNDEB. LEI 9.424/96. JUROS E CORREÇÃO. RESPEITO À COISA

ARE 1012683 AGR / PE

JULGADA. HONORÁRIOS. 1. Caso em que a União fora condenada a repassar verbas, relativas às diferenças de FUNDEF, no montante correspondente ao quinquênio anterior à propositura da ação, de acordo com o Valor Mínimo Anual por Aluno – VMAA, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.424/1996. 2. A União invoca a existência de tramitação de ações civis no STF, nas quais se discute o VMAA, no âmbito do FUNDEF. A circunstância, porém, não repercute para o deslinde da presente ação, à míngua de qualquer ordem vinculativa da Corte Superior para ações que tratem da mesma matéria, tal qual a presente. 3. Sem razão também a apelante quando suscita a ilegitimidade da exequente, porque não teria sido o Município o autor do processo na fase de cognição, mas sim a AMUPE (Associação Municipalista de Pernambuco). Ora, tal questão somente poderia ser levantada na fase de conhecimento do processo, como de fato o foi. Destarte, resolvida a questão no momento oportuno, não cabe nova arguição da matéria no processo de execução. 4. O caso em exame trata de mera execução individualizada de uma sentença coletiva, ou seja, a pretensão fora deduzida pela Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE, entretanto, somente os municípios individualmente considerados é que podem dar cumprimento ao julgado, executando o comando da sentença que adotou, para o cálculo do VMAA, a sistemática prevista na Lei nº 9.424/96. 5. A matéria relativa à criação do FUNDEF e à extinção de qualquer direito relativo ao FUNDEF, deveria ter sido arguida, e não o foi, no processo de conhecimento, estando, portanto, preclusa. 6. Não se revela necessária a existência de uma fase de liquidação para a apuração da dívida. É que a natureza da ação ajuizada permite a liquidação por simples cálculos aritméticos, dado que a sentença, devidamente confirmada em grau de recurso, já estabeleceu o lapso temporal que abrange o crédito da municipalidade. 7. Relativamente à possibilidade de retenção dos valores a serem percebidos pelo município, a título de honorários contratuais, esta Corte Regional vem reconhecendo ser direito do advogado tal

ARE 1012683 AGR / PE

retenção, se requerida, mediante a juntada do contrato, antes da expedição do requisitório, com arrimo no art. 22, parágrafo 4º, da Lei 8.906/94, o que efetivamente ocorreu na hipótese em testilha. 8. Estando a execução vinculada ao que fora decidido no título executivo (que determinou a utilização da taxa SELIC para atualização das parcelas pretéritas), não há como prosperar, sob pena de ofensa à coisa julgada, a pretensão da apelante de que seja aplicado o disposto no 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/2009. 9. Apelação improvida.”

As instâncias ordinárias decidiram a questão do pagamento dos honorários advocatícios com fundamento na legislação infraconstitucional aplicável à espécie (art. 6º das Leis nº 9.424/1996 e 8.906/94), razão pela qual, consideradas as circunstâncias jurídico-normativas da decisão recorrida, reputo inócua afronta ao art. 60 da Constituição da República. Anoto precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PENHORABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A discussão acerca da possibilidade, ou não, de penhora, com desconto em folha de pagamento, de dívida oriunda de verba advocatícia demanda a análise de legislação infraconstitucional aplicável ao caso (arts. 649 e 734, do CPC, e art. 24 da Lei 8.906/94), o que inviabiliza o recurso extraordinário. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (ARE 900156 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 15/03/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-066 DIVULG 08-04-2016 PUBLIC 11-04-2016)

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR EXERCÍCIO DE DEFENSORIA

ARE 1012683 AgR / PE

DATIVA. ÔNUS DO DISTRITO FEDERAL. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. LEI 8.906/94. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 14.02.2012. A discussão travada nos autos não alcança status constitucional, porquanto solvida à luz da interpretação da legislação infraconstitucional aplicável à espécie. As razões do agravo regimental não são aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. Agravo regimental conhecido e não provido.” (ARE 736368 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 14/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014)

“CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. RETENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI 8.906/94. ESTATUTO DA ADVOCACIA. AMPLA DEFESA. ATO JURÍDICO PERFEITO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. 1. Recurso extraordinário no qual se pretende a análise de legislação infraconstitucional. Hipótese de ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal. 2. Agravo regimental improvido.” (AI 657929 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 08/09/2009, DJe-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009)

Nesse sentir, não merece processamento o apelo extremo, consoante também se denota dos fundamentos da decisão que desafiou o recurso, aos quais me reporto e cuja detida análise conduz à conclusão pela ausência de ofensa a preceito da Constituição da República.

Nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF).”

Irrepreensível a decisão agravada.

As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os

ARE 1012683 AGR / PE

fundamentos que lastrearam a decisão agravada, a inviabilizar o trânsito do recurso extraordinário.

A suposta afronta aos postulados constitucionais invocados no apelo extremo somente poderia ser constatada a partir da análise da legislação infraconstitucional, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário.

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEF. PRECATÓRIO. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. DESVIO DE FINALIDADE: MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.” (RE 915.109, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 24.02.2016)

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA. RAZÕES SUFICIENTES PARA A MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. RECURSO DESPROVIDO. (RE 914.948, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 20.10.2016)

Agravo interno **conhecido e não provido**. **Majoração em 10% (dez por cento) dos honorários advocatícios anteriormente fixados**, obedecidos os limites previstos no art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC/2015, ressalvada

ARE 1012683 AGR / PE

eventual concessão do benefício da gratuidade da Justiça.

É como voto.

ARE nº 1.015.813/PE

**MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
FERRER/PE**

ACÓRDÃO

(REL. MIN. DIAS TOFFOLI)

30/06/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.015.813
PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE SAO VICENTE FERRER
ADV.(A/S)	: FELIPE ROCHA FERNANDES LIMA
ADV.(A/S)	: EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. FUNDEF. Honorários contratuais. Retenção. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa.

1. Para se ultrapassar o entendimento do Tribunal de origem acerca da análise da possibilidade de se descontarem das verbas destinadas ao FUNDEF as quantias referentes aos honorários advocatícios contratuais pagos em razão do ajuizamento pelo município de demanda judicial para cobrar os valores relativos ao FUNDEF não transferidos voluntariamente, seria necessário se analisar a legislação infraconstitucional (Leis nºs 8.906/94, 9.424/96 e 11.494/07), o que é vedado em sede de recurso extraordinário.

2. Agravo regimental ao qual se nega provimento, com imposição de multa de 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, consoante disposto no art. 1.021, § 4º, do Novo CPC, caso seja unânime a votação. Não se aplica ao caso dos autos a majoração dos honorários prevista no art. 85, § 11, do novo Código de Processo Civil, uma vez que não houve o arbitramento de honorários sucumbenciais pela Corte de origem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da

ARE 1015813 AGR / PE

Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual de 23 a 29/6/2017, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, com imposição de multa de 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), nos termos do voto do Relator.

Brasília, 30 de junho de 2017.

MINISTRO DIAS TOFFOLI
Relator

ARE nº 1.031.708/PE

**MUNICÍPIO DE BREJO DA
MADRE DE DEUS/PE**

ACÓRDÃO

**(REL. MIN. ROBERTO
BARROSO)**

21/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.031.708 PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DO BREJO DA MADRE DE DEUS
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNDEB. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO. CARÁTER INFRACONSTITUCIONAL DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA 279/STF. PRECEDENTES.

1. O Tribunal de origem solucionou a controvérsia com fundamento na legislação infraconstitucional, o que não permite a abertura da via extraordinária. Precedentes.
2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.
3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, §4º, do CPC/2015.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo interno com aplicação de multa, majorado o valor da verba honorária fixada anteriormente, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 11 a 18 de agosto de 2017.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

21/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.031.708 PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DO BREJO DA MADRE DE DEUS
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de agravo interno cujo objeto é decisão monocrática negou seguimento ao recurso extraordinário pelos seguintes fundamentos:

“Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

‘AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIRMADO ENTRE O ESCRITÓRIO E O MUNICÍPIO. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA POSTULAR A DECRETAÇÃO DE NULIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL. IMPROVIMENTO.

I – Partindo para o caso concreto, verifico que a União não tem legitimidade para postular a decretação de nulidade de cláusula de contrato de honorários advocatícios firmado entre o escritório “Monteiro e Filho Advogados S/C” e o Município de Brejo da Madre de Deus sob o fundamento de que os valores que estão sendo pagos ao referido município, por imperativo legal e

RE 1031708 AGR / PE

constitucional, somente podem ser destinados à manutenção e desenvolvimento da educação básica (art. 60 do ADCT, redação dada pela EC nº 14/96 e 56/2006; Leis nºs 9.424/96 e 11.949/07).

II – Primeiro porque na presente relação executiva incumbe a União tão somente cumprir o que foi determinado no título judicial exequendo e, segundo, tendo em vista que o fato de a verba executada ser destinada ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF não impede o cumprimento do contrato firmado entre o município exequente e o seu escritório de advocacia, negócio jurídico contratual e autônomo.

III – Desse modo, correta a decisão agravada ao assentar que, na espécie, inexistente óbice para a retenção dos honorários advocatícios contratuais, porquanto foi devidamente cumprido pelo advogado da edilidade referida o disposto no §4º do art. 22 da Lei 8.906/94, ou seja, o contrato de honorários foi juntado aos autos antes da expedição do Requisitório.

IV – Agravo regimental improvido’.

O recurso busca fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação ao art. 60 do ADCT. Sustenta que: (i) a Lei nº 11.494/1997 veda a utilização de recursos do FUNDEB na realização de despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica; (ii) no caso em exame, não é possível a retenção dos honorários sobre o valor da condenação, porquanto as verbas condenatórias têm destinação vinculada, de acordo com o texto da Carta. Requer a reforma do acórdão recorrido.

A pretensão recursal não merece prosperar. O Tribunal de origem, com apoio na legislação infraconstitucional aplicável à espécie, decidiu que inexistente óbice para a retenção dos honorários advocatícios contratuais. Para firmar entendimento

RE 1031708 AGR / PE

diverso do acórdão recorrido, seria indispensável a análise da legislação infraconstitucional (notadamente as Leis nºs 8.906/1994 e 9.424/1996), providência vedada em sede de recurso extraordinário. A ofensa ao texto constitucional, se existisse, seria meramente indireta ou reflexa. Nesse sentido, confirmam-se os julgados:

‘AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA PARA LIMITAÇÃO DO VALOR DA RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO’. (RE 601.616-AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia)

‘PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. RETENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI 8.906/94. ESTATUTO DA ADVOCACIA. AMPLA DEFESA. ATO JURÍDICO PERFEITO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. 1. Recurso extraordinário no qual se pretende a análise de legislação infraconstitucional. Hipótese de ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal. 2. Agravo regimental improvido’. (AI 657.929-AgR, Rel.^a Min.^a Ellen Gracie)

Diante do exposto, com base no art. 21, §1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso”.

2. A parte agravante insiste que a ofensa constitucional é direta na medida em que “o objeto do presente processo não é a legalidade ou não do contrato do escritório de advocacia com o Município, mas sim o repasse de verbas do FUNDEF em afronta à destinação que a Constituição lhe deu”.

RE 1031708 AGR / PE

3. É o relatório.

21/08/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.031.708 PERNAMBUCO

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Deixo de abrir prazo para contrarrazões, na medida em que está sendo mantida a decisão que aproveita à parte agravada. Passo à análise do recurso.

2. O agravo interno não merece provimento tendo em vista que a parte recorrente limita-se a repetir argumentos já devidamente rechaçados.

3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal concebe que Para firmar entendimento diverso do acórdão recorrido, seria indispensável a análise da legislação infraconstitucional (notadamente as Leis nºs 8.906/1994 e 9.424/1996), providência vedada em sede de recurso extraordinário. A ofensa ao texto constitucional, se existisse, seria meramente indireta ou reflexa. Confirmam-se:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA PARA LIMITAÇÃO DO VALOR DA RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.” (RE 601.616 AgR, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, Primeira Turma)

“CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL. RETENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEI 8.906/94.

RE 1031708 AGR / PE

ESTATUTO DA ADVOCACIA. AMPLA DEFESA. ATO JURÍDICO PERFEITO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

1. Recurso extraordinário no qual se pretende a análise de legislação infraconstitucional. Hipótese de ofensa indireta ou reflexa à Constituição Federal.

2. Agravo regimental improvido.” (AI 657.929-AgR, Rel.^a Min.^a Ellen Gracie, Segunda Turma)

4. No mesmo sentido as seguintes decisões: RE 1.022.461/PE, de minha relatoria; e ARE 1012683/ PE, Rel.^a Min.^a Rosa Weber.

5. Diante do exposto, nego provimento ao agravo interno. Ante seu caráter manifestamente protelatório, **aplico à parte agravante multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa**, nos termos do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, em caso de unanimidade da decisão. Fica a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, ressalvados os casos previstos no art. 1.021, § 5º, do CPC/2015. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, **fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente**, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

ARE nº 1.048.960/CE

**MUNICÍPIO DE
PACATUBA/CE**

ACÓRDÃO

(REL. MIN. CELSO DE MELLO)

29/09/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.048.960
PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : MUNICIPIO DE PACATUBA
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO – ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO CONSTITUCIONAL – OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO – CONTENCIOSO DE MERA LEGALIDADE – SUCUMBÊNCIA RECURSAL (CPC, ART. 85, § 11) – NÃO DECRETAÇÃO, NO CASO, ANTE A AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NA ORIGEM – AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Virtual da Segunda Turma**, na conformidade da ata de julgamentos, **por unanimidade** de votos, **em negar provimento** ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator.

Brasília, Sessão Virtual de 22 a 28 de setembro de 2017.

CELSO DE MELLO – RELATOR

29/09/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.048.960
PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICIPIO DE PACATUBA
ADV.(A/S)	: BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Trata-se de *agravo interno*, tempestivamente interposto, contra decisão que, **ao apreciar o ARE, não conheceu** do recurso extraordinário a que ele se refere, *por manifestamente inadmissível*.

Inconformada com esse ato decisório, a parte recorrente **interpõe** o presente *agravo interno*, **postulando** o provimento do recurso que deduziu.

Por não me convencer das razões expostas, **submeto** à apreciação desta colenda Turma o **presente** recurso de agravo.

É o relatório.

29/09/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.048.960
PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Não assiste razão à parte ora recorrente, eis que a decisão agravada ajusta-se, com integral fidelidade, à diretriz jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal na matéria ora em exame.

Na realidade, os argumentos apresentados pela parte agravante **mostram-se insuficientes** para alterar o ato impugnado, **pois consistem em mera reiteração** dos fundamentos **anteriormente** deduzidos e **que foram devidamente refutados** na decisão que se busca reformar, razão pela qual *deve ser mantido* o julgamento em referência, eis que o suporte argumentativo em que se apoia o ato decisório mencionado é suficiente para justificar a resolução do litígio recursal.

Com efeito, o recurso extraordinário deduzido nestes autos **foi interposto** pela União contra acórdão que, **confirmado** em sede de embargos de declaração pelo E. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, **está assim ementado:**

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RETENÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. ARTIGO 22 DA LEI Nº 8.906/2004.

I – *Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, nos autos de execução de sentença, indeferiu retenção dos honorários contratuais.*

II – *Na presente relação executiva incumbe à União tão somente cumprir o que foi determinado no título judicial exequendo, onde o fato de a verba executada ser destinada ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF não impede o cumprimento do contrato*

ARE 1048960 AGR / PE

firmado entre o Município exequente e o seu escritório de advocacia, negócio jurídico contratual e autônomo.

III – Na espécie, inexistente óbice para a retenção dos honorários advocatícios contratuais, porquanto foi devidamente cumprido pelo advogado do Município de Pacatuba/SE o disposto no § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94, ou seja, o contrato de honorários advocatícios foi juntado aos autos antes da expedição do Requisitório.

IV – Agravo de instrumento provido.”

A parte ora agravante, **ao deduzir** o apelo extremo em questão, **sustentou** que o Tribunal “a quo” **teria transgredido** preceito **inscrito** na Constituição da República.

Tal como ressaltado na decisão agravada, a suposta ofensa ao texto constitucional, **caso existente**, apresentar-se-ia por via reflexa, **eis que** a sua constatação reclamaria – **para que se configurasse** – a formulação de juízo prévio de legalidade **fundado** na vulneração e infringência de dispositivos de ordem meramente legal. **Não se tratando** de conflito direto e frontal com o texto da Constituição, **como exigido** pela jurisprudência da Corte (**RTJ 120/912**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **RTJ 132/455**, Rel. Min. CELSO DE MELLO), **torna-se inviável** o trânsito do recurso extraordinário, cujo processamento foi **corretamente** denegado na origem.

É que o acórdão impugnado em sede recursal extraordinária, **ao decidir** a controvérsia jurídica objeto deste processo, **dirimiui** a questão **com fundamento** em legislação infraconstitucional, **circunstância esta que obsta o próprio conhecimento** do apelo extremo.

A **mera análise** do acórdão em referência **demonstra** que o Tribunal “a quo”, **ao proferir** a decisão questionada, **apoiou-se em dispositivos de ordem meramente legal**:

“Primeiramente, verifico que a União não tem legitimidade para postular a decretação de nulidade de cláusula de contrato de

ARE 1048960 AGR / PE

honorários advocatícios firmado entre o escritório 'Monteiro & Filhos Advogados Associados S/C' e o Município de Patuba/SE, sob o fundamento de que os valores que estão sendo pagos ao referido município, por imperativo legal e constitucional, somente podem ser destinados à manutenção e desenvolvimento da educação básica (art. 60 do ADCT, redação dada pela EC nº 14/96 e 56/2006; Leis nºs 9.424/96 e 11.949/07).

Primeiro, porque na presente relação executiva incumbe à União tão somente cumprir o que foi determinado no título judicial exequendo e, segundo, porque o fato de a verba executada ser destinada ao Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF não impede o cumprimento do contrato firmado entre o município exequente e o seu escritório de advocacia, negócio jurídico contratual e autônomo.

Desse modo, na espécie, inexistente óbice para a retenção dos honorários advocatícios contratuais, porquanto foi devidamente cumprido pelo advogado do Município de Patuba/SE o disposto no § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94, ou seja, o contrato de honorários advocatícios foi juntado aos autos antes da expedição do Requisitório."

Vê-se, portanto, que a pretensão deduzida pela parte recorrente **revela-se** processualmente inviável, por tratar-se de aplicação, ao caso concreto, de normas eminentemente infraconstitucionais.

Sendo assim, e em face das razões expostas, **nego provimento** ao presente *agravo interno*, **mantendo**, em consequência, **por seus próprios fundamentos**, a decisão recorrida.

Não incide, no caso em exame, o que prescreve o art. 85, § 11, do CPC, **ante a ausência** de condenação em verba honorária na origem.

É o meu voto.

ARE nº 1.001.689/AL

**MUNICÍPIO DE NOVO
LINO/AL**

DECISÃO MONOCRÁTICA

(REL. MIN. MARCO AURÉLIO)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.001.689 ALAGOAS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO.(A/S) : MUNICIPIO DE NOVO LINO
ADV.(A/S) : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO

DECISÃO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –
MATÉRIA FÁTICA – INTERPRETAÇÃO
DE NORMAS LEGAIS –
INVIABILIDADE – DESPROVIMENTO.**

1. Atendem para o decidido na origem. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reformando em parte o entendimento do Juízo, assentou a possibilidade de expedição de precatório com retenção de valor referente honorários advocatícios, observada a legislação de regência. No recurso extraordinário cujo trânsito busca alcançar, a União alega violado o artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Aduz a vedação de destinação de verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF para o cumprimento de reserva de honorários contratuais.

2. A recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência – a apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pelo Tribunal de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo:

ARE 1001689 / AL

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

Colho do acórdão recorrido o seguinte trecho:

A par disso, na hipótese em testilha, objetiva a agravante seja concedida a antecipação da tutela recursal para que, com arrimo no art. 22, §4º, da Lei nº 8.906/94, seja feita em favor dos requerentes a requisição/expedição de precatório da quantia incontroversa de R\$ 700.534,98 (setecentos mil, trinta e quatro reais e noventa e oito centavos), sendo distribuído da seguinte forma: 1) em favor do município agravante, a quantia de R\$ 560.427,99 (quinhentos e sessenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos); 2) em favor do escritório agravante, o valor de R\$ 140.106,99 (cento e quarenta mil, cento e seis reais e noventa e nove centavos), referente à retenção dos honorários advocatícios contratuais.

Sob a temática em enfoque, não desconheço que esta Corte Recursal tem se manifestado de forma favorável à retenção de honorários advocatícios contratuais por ocasião da expedição do requisitório de pagamento, inclusive nas hipóteses em que os valores executados referem-se a repasses não adimplidos do FUNDEF/FUNDEB, sob o fundamento que a judicialização da questão afasta o caráter vinculativo das verbas, as quais passam a ter feição indenizatória. Comungo deste entendimento.

O ponto diferencial na presente lide cinge-se ao fato de que a União apresentou embargos à execução nos quais, reconhece determinado valor como incontroverso, porém, expressamente impugna a possibilidade de retenção dos honorários contratuais em face do caráter vinculativo das verbas destinadas ao FUNDEF/FUNDEB.

Neste cenário, ante a existência de valores incontroversos, penso ser possível a expedição do requisitório de pagamento tais valores, inclusive com o destaque dos honorários advocatícios contratuais. Saliento, que o quantum destinado ao Município poderá seguir o regular trâmite dos precatórios, ao

ARE 1001689 / AL

passo que os valores requisitados atinentes à verba honorária contratual deverão ser depositados, , até com ordem de bloqueio que a decisão dos embargos à execução, no ponto em que se discute o caráter vinculativo das verbas, se torne irrecorrível.

As razões do extraordinário partem de pressupostos fácticos estranhos ao acórdão atacado, buscando-se, em síntese, o reexame dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar-se a viabilidade do recurso.

A par deste aspecto, o acórdão impugnado revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

Por fim, padece o recurso da ausência de prequestionamento, esbarrando nos Verbetes nº 282 e 356 da Súmula do Supremo. Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria ser utilizado na apreciação de outro processo.

3. Ante o quadro, conheço do agravo e o desprovejo.

4. Publiquem.

Brasília, 21 de fevereiro de 2018.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

STF

**ACÓRDÃO DA SEGUNDA TURMA,
ESCLARECENDO QUE A
DISCUSSÃO DA VINCULAÇÃO DA
VERBA AO FUNDEF NÃO AFETA
OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
MUNICÍPIO DE IBIMIRIM/PE**

16/10/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.050.028
PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE IBIMIRIM
ADV.(A/S)	: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Processual civil. FUNDEF. Honorários contratuais. Retenção. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes.

1. Não se presta o recurso extraordinário para a análise da legislação infraconstitucional. Incidência da Súmula nº 636/STF.
2. Agravo regimental não provido.
3. Majoração da verba honorária em valor equivalente a 10% (dez por cento) do total daquela já fixada (art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC), observada a eventual concessão do benefício da gratuidade da justiça.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual de 6 a 13/10/2017, na conformidade da ata do julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 16 de outubro de 2017.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

ARE 1050028 AGR / PE

Relator

16/10/2017

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.050.028
PERNAMBUCO**

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE IBIMIRIM
ADV.(A/S)	: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

União interpõe tempestivo agravo regimental (22/9/17) contra a decisão em que neguei seguimento ao recurso, com a seguinte fundamentação:

“Vistos.

Trata-se de agravo contra a decisão que não admitiu recurso extraordinário interposto contra acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

‘PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. VMAA. COMPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO DANO. CONTADORIA. EXCESSO AFASTADO. VINCULAÇÃO A EDUCAÇÃO E NÃO AO FUNDEF JÁ DETERMINADA EM SENTENÇA. RETENÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE. INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA. PER REATIONEM.

1. Apelação interposta pelo Município de Ibimirim - PE contra sentença do Juiz Federal da 28ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, Dr. Isaac Batista de Carvalho Neto, que, acolhendo os cálculos da Contadoria do Foro, julgou parcialmente procedentes embargos do devedor,

ARE 1050028 AGR / PE

para afastar o excesso da execução de título judicial (VMAA/FUNDEF) e condenou o embargado ao pagamento de honorários advocatícios de 5% incidente sobre a diferença entre o valor executado e o efetivamente devido.

2. A mais alta Corte de Justiça do país já firmou entendimento no sentido de que a motivação referenciada ("per relationem") não constitui negativa de prestação jurisdicional, tendo-se por cumprida a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais. Adota-se, portanto, os termos da sentença como razão de decidir.

3. A ação ordinária objetivava a complementação dos valores do FUNDEF, que não lhe foram transferidos voluntariamente, portanto o crédito judicial equivale a uma indenização à Prefeitura para a recomposição desses recursos devidos.

4. O pagamento do precatório não pode ser vinculado a uma conta específica, no caso, ao FUNDEF, mas tão somente utilizado e administrado pela Edilidade para a finalidade da educação conforme a necessidade da Municipalidade, tal como determinado na sentença.

5. Possibilidade de retenção dos honorários advocatícios contratuais.

6. Ainda que parcialmente procedentes os embargos do devedor, a exequente decaiu da parte mínima do pedido, levando em consideração que a embargante arguiu, a princípio, a inexecutabilidade/inexigibilidade do título executivo judicial, não só o excesso de execução. Inversão do ônus da sucumbência, nos termos do art. 21, parágrafo único, do CPC.

7. Apelação do Município de Ibimirim - PE parcialmente provida e apelação da União Federal não provida.'

Opostos embargos de declaração, não foram providos.

ARE 1050028 AGR / PE

No recurso extraordinário, sustenta-se violação dos artigos 97 e 100, § 12, da Constituição Federal, assim como do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Superior Tribunal de Justiça, por decisão transitada em julgado, conheceu em parte do recurso especial interposto simultaneamente ao apelo extremo e, na parte conhecida, deu-lhe provimento, nos seguintes termos:

‘(...) JUROS DE MORA. REGIME DA LEI 11.960/2009. APLICAÇÃO IMEDIATA. ESPECIAL EFICÁCIA VINCULATIVA DO ACÓRDÃO PROFERIDO NO RESP 1.205.946/SP. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PROVIMENTO.’

Decido.

Conforme relatado, o recurso especial da ora recorrente foi provido pelo Superior Tribunal de Justiça ‘para fixar que quanto aos juros de mora a Lei 11.960/2009 deve ser aplicada, de imediato, aos processos em curso, não podendo, no entanto, retroagir a período anterior à sua vigência.’

Assim, nesse ponto, a apreciação da pretensão formulada no recurso extraordinário encontra-se prejudicada, dada a perda superveniente de objeto.

Passo ao exame do recurso extraordinário na parte remanescente.

No que se refere ao artigo 97 da Constituição, apontado como violado, carece do necessário prequestionamento, sendo certo que os acórdãos proferidos pelo Tribunal de origem não cuidaram da referida norma, a qual, também, não foi objeto dos embargos declaratórios opostos pela parte recorrente. Incidem na espécie as Súmulas nºs 282 e 356 desta Corte.

No mais, para ultrapassar o entendimento da Corte **a quo** e acolher a pretensão recursal seria necessário o reexame da causa à luz da legislação infraconstitucional pertinente. Assim, a afronta ao dispositivo constitucional suscitado no recurso

ARE 1050028 AGR / PE

extraordinário seria, se ocorresse, indireta ou reflexa, o que é insuficiente para amparar o apelo extremo. Sobre o tema:

‘SEGUNDO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA. RAZÕES SUFICIENTES PARA A MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM NOVA SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NA ORIGEM. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO’ (RE nº 914.948/PE-AgR-Segundo, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 25/4/17).

Nesse mesmo sentido, anotem-se as seguintes decisões monocráticas que tratam de casos análogos: ARE nº 1.012.683/PE, Relatora a Ministra **Rosa Weber**, DJe de 4/4/17; RE nº 879.933/PB, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, DJe de 1º/12/16; ARE nº 974.419/PE, Relator o Ministro **Edson Fachin**, DJe de 14/6/16; e RE nº 915.109/PE, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 24/2/16.

Ante o exposto, nos termos do artigo 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao recurso.”

Aduz a agravante, **in verbis**, que

(...) a União em seu recurso extraordinário, defendeu que a destinação da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF deve ser exclusiva para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação

ARE 1050028 AGR / PE

básica, ou seja, a verba oriunda da condenação deve ser aplicada somente nesta natureza de despesas, entre as quais não se inclui o pagamento de honorários advocatícios.

Assim, verifica-se que a União demonstrou de forma fundamentada que toda a discussão cinge-se aos próprios termos da Constituição, mais especificamente ao disposto no art. 60 do ADCT.

(...)

Em outras palavras, o objeto do presente processo não é a legalidade ou não do contrato do escritório de advocacia com o Município, mas sim o repasse o de verbas do FUNDEF em afronta à destinação que a Constituição lhe deu”.

Em atenção ao princípio da celeridade processual e por não verificar prejuízo para a parte agravada, deixo de abrir prazo para contrarrazões.

É o relatório.

16/10/2017

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.050.028
PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

A pretensão não merece acolhida.

Anote-se, inicialmente, que, no julgamento conjunto das ações cíveis originárias a que se refere a agravante (ainda pendentes de publicação), não foi decidida a questão acerca da retenção dos honorários advocatícios. No caso, questionou-se a metodologia utilizada pela União para calcular o valor mínimo anual por aluno, estabelecido no § 3º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ficando definido que “o valor da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) deve ser calculado com base no valor mínimo nacional por aluno extraído da média nacional” (Vide informativo nº 876/STF).

Ademais, colhe-se do acórdão recorrido o seguinte:

“2. No entanto, estando o contrato relativo aos honorários devidamente protocolado junto ao feito de origem, anteriormente à formação do precatório, atendendo-se ao disposto no art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/94, não há óbice à retenção pretendida.”

Desse modo, conforme já consignado na decisão agravada, a análise sobre a possibilidade de retenção dos honorários advocatícios contratuais pagos em razão do ajuizamento de demanda judicial para cobrar os valores relativos ao FUNDEF não transferidos voluntariamente, antes da expedição de precatório, demandaria a análise da legislação infraconstitucional (Leis nºs 8.906/94), o que é incabível em sede de recurso extraordinário.

Com efeito, a afronta ao dispositivo constitucional suscitado no

ARE 1050028 AGR / PE

recurso extraordinário seria, se ocorresse, indireta ou reflexa, o que é insuficiente para amparar o apelo extremo. Sobre o tema, registrem-se julgados de ambas as Turmas desta Corte:

“DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FUNDEF. CÁLCULO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO (VMNA). COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS. EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. AGRAVO MANEJADO SOB A VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreensão diversa demandaria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, “a”, da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte. 2. As razões do agravo interno não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 3. Majoração em 10% (dez por cento) dos honorários advocatícios anteriormente fixados, obedecidos os limites previstos no art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC/2015, ressalvada eventual concessão do benefício da gratuidade da Justiça. 4. Agravo interno conhecido e não provido” (ARE nº 1.012.683/PE-AgR, Primeira Turma, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJe de 21/8/17).

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. FUNDEF. Honorários contratuais. Retenção. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. 1. Para se ultrapassar o entendimento do Tribunal de origem acerca da

ARE 1050028 AGR / PE

análise da possibilidade de se descontarem das verbas destinadas ao FUNDEF as quantias referentes aos honorários advocatícios contratuais pagos em razão do ajuizamento pelo município de demanda judicial para cobrar os valores relativos ao FUNDEF não transferidos voluntariamente, seria necessário se analisar a legislação infraconstitucional (Leis nºs 8.906/94, 9.424/96 e 11.494/07), o que é vedado em sede de recurso extraordinário. 2. Agravo regimental ao qual se nega provimento, com imposição de multa de 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, consoante disposto no art. 1.021, § 4º, do Novo CPC, caso seja unânime a votação. Não se aplica ao caso dos autos a majoração dos honorários prevista no art. 85, § 11, do novo Código de Processo Civil, uma vez que não houve o arbitramento de honorários sucumbenciais pela Corte de origem” (ARE nº 1.015.813/PE-AgR, Segunda Turma, de minha relatoria, DJe de 14/8/17).

“SEGUNDO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. FUNDEF. VMNA. VINCULAÇÃO DOS VALORES. EXECUÇÃO. PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA. RAZÕES SUFICIENTES PARA A MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM NOVA SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NA ORIGEM. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO” (RE nº 914.948/PE-AgR-Segundo, Primeira Turma, Relator o Ministro **Luiz Fux**, DJe de 25/4/17).

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE

ARE 1050028 AGR / PE

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEF. PRECATÓRIO. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. DESVIO DE FINALIDADE: MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO” (RE nº 915.109/PE, Relatora a Ministra **Cármen Lúcia**, DJe de 24/2/16).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

Determino que, a título de honorários recursais, a verba honorária já fixada seja acrescida do valor equivalente a 10% (dez por cento) de seu total, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º do citado artigo e a eventual concessão do benefício da gratuidade da justiça.

É como voto.